



PREFEITURA DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº 116120/SMS

LIVRO

Fls.

09/001-512/18

734

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, como CONTRATANTE, e a VMI TECNOLOGIAS LTDA, como CONTRATADA, para aquisição de bens na forma abaixo.

Aos dias 17 do mês de junho do ano de 2020, na Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, sala 701, Bl 1 do CASS, Cidade Nova, Rio de Janeiro, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, a seguir denominada CONTRATANTE, representada pelo Subsecretário de Gestão, ANDRE DE SOUZA VITAL e a sociedade VMI TECNOLOGIAS LTDA, estabelecida na Rua Prefeito Elizeu Alves da Silva, nº 400, Distrito Ind. Genesco Aparecido, Lagoa Santa, M/G, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 02.659.246/0001-03, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por MARCELE PEREIRA VIEGAS, Procuradora, portador do RG nº MG 16.725.959 expedido pela SSP/MG e do CPF nº 101.100.426-70, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP - SMS Nº 245/2019, realizado por meio do processo administrativo nº 09/001.512/2018, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, pelos Decretos Municipais nº 23.957/04 e 30.538/09, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, e pelos Decretos Municipais nº 43.612/17, 27.715/07 e 31.349/09, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente contrato é para aquisição de RX DIGITAL móvel e fixo necessários para boa prática médica bem como no atendimento e auxílio diagnóstico nas Unidades de Imagem da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 245/2019), na forma abaixo descrita:



PREFEITURA DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº 116,20 /SMS

LIVRO

Fls.

725

Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário R\$
1	APARELHO TRANSPORTÁVEL DE RAO X DIGITAL NÃO MOTORIZADO	04	R\$244.168,00
Preço Total			R\$976.672,00

Parágrafo único – O objeto do contrato será instalado em até 90 (noventa) dias corridos, prorrogáveis até 120 (cento e vinte) dias, com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais contidos no processo administrativo nº 09/001.512/2018, no presente contrato, no Edital que deu origem à presente contratação e seus anexos, especialmente, no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente contrato é de R\$ 976.672,00 (Novecentos e setenta e seis mil seiscentos e setenta e dois reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a SMS esteja obrigada a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na SMS.

Parágrafo Terceiro – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança na SMS.

Parágrafo Quarto – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quinto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SMS e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SMS.

Parágrafo Sétimo: O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Não caberá reajuste, de acordo com os arts. 1º e 2º do Decreto Municipal nº 43.612/17.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização.

Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao



cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da entrega dos bens caberá a comissão designada por ato da SMS. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos bens adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de Segura Garantia, no valor de R\$19.533,44 (Dezenove mil quinhentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A SMS se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela SMS, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.



Parágrafo Quinto – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Sexto – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

Parágrafo Sétimo – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO

O Contrato vigorará a partir da assinatura até 90 (noventa) dias corridos de 17/06/2020 a 14/09/2020, prorrogáveis até 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Primeiro – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será igual ou superior a 02 (dois) anos a contar da instalação e aceite, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – entregar os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;
- II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da entrega dos bens;
- III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V – substituir, por sua conta e responsabilidade, os itens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa entrega dos bens:
 - a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
 - b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
 - c) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;



d) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

VIII – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

A aceitação do objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação de Comissão de Aceitação designada pelo Secretário Municipal de Saúde e constituída na forma do art. 501, do RGCAF, que constatará se os bens fornecidos atendem a todas as especificações contidas no Edital que ensejou a presente contratação.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os bens cujos padrões de qualidade estejam em desacordo com a especificação do Edital e seus anexos deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá substituir quaisquer bens defeituosos ou qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não substitua os bens não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a SMS poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos artigos 7º da Lei Federal 10.520/02 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 589 do RGCAF:

a) Advertência;

b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;



PREFEITURA DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/001512/18
Nº 116/20/SMS

LIVRO

Fls.

729

c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;

d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo Primeiro – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas "a", "b", "c" e "d" do *caput* desta Cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e no caso da alínea "e" do *caput* desta Cláusula, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Segundo – As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do *caput* desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Terceiro – A sanção prevista na alínea "e" do *caput* desta Cláusula poderá também ser aplicada às licitantes que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

(a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

(b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

(c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas previstas nas alíneas "b" e "c" do *caput* desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do *caput* desta Cláusula é da competência da SMS e a da alínea "e" é da competência exclusiva do Secretário Municipal de Saúde.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

- a) Recurso a ser interposto perante a autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do *caput* da Cláusula anterior ou da ciência da decisão de rescisão do Contrato;
- b) Pedido de Reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea "e" do *caput* da Cláusula anterior;
- c) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observados o § 2º e incisos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – A rescisão operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Segundo – Rescindido o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de rescisão, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do fornecimento não realizado, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Quarta, *caput*, alínea "c", deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de rescisão sem culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá promover:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao saldo das faturas relativas ao fornecimento efetivamente realizado e aceito até a data da rescisão, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de rescisão amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim, e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência da SMS e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à aquisição dos bens ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 18.01.10.102.0306.1884, Código de Despesa 4.4.90.52.02, tendo



PREFEITURA DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº 116/20/SMS

LIVRO

Fls.

09/001.512/18

331

sido empenhada a importância de R\$976.672,00, por meio da Nota de Empenho nº 2020/001026.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao seu órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da qualidade dos bens objeto deste Contrato, correm à conta da CONTRATADA.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na SMS.

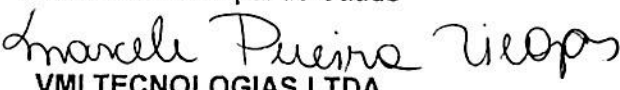
E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

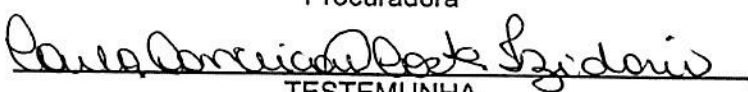
Rio de Janeiro, 17 de Junho de 2020

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO


ANDRÉ DE SOUZA VITAL
Subsecretário de Gestão
Secretaria Municipal de Saúde

ANDRÉ DE SOUZA VITAL
Subsecretário de Gestão
Secretaria Municipal de Saúde
Mat. 60/301.263-0


VMI TECNOLOGIAS LTDA
MARCELE PEREIRA VIEGAS
Procuradora


TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



PREFEITURA DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/001-512/18
Nº 116/20 /SMS
LIVRO
Fls. 232

ANEXO I

CONTRATO Nº ____/2020

VMI TECNOLOGIAS LTDA		
Endereço: Rua Prefeito Elizeu Alves da Silva, nº400, Distrito Ind. Genesco Aparecido, Lagoa Santa, M/G		
CNPJ: 02.659.246/0001-03	Telefone:	Fax:

Objeto: aquisição de RX DIGITAL móvel e fixo necessários para boa prática médica bem como no atendimento e auxílio diagnóstico nas Unidades de Imagem da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 245/2019)

Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário R\$
1	APARELHO TRANSPORTÁVEL DE RAO X DIGITAL NÃO MOTORIZADO	04	R\$244.168,00
Preço Total			R\$976.672,00


[Handwritten signature]




ANEXO I -A

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, 17 de Junho de 2020.


ANDRÉ DE SOUZA VITAL
Subsecretário de Gestão
Secretaria Municipal de Saúde

ANDRÉ DE SOUZA VITAL
Subsecretário de Gestão
Secretaria Municipal de Saúde
Mat. 60/301.263-0


VMI TECNOLOGIAS LTDA
MARCELE PEREIRA VIEGAS
Procuradora



ANEXO I-B

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

§ 1º - A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.


§ 2º - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

..." (NR)

Rio de Janeiro 17 de Junho de 2020.


ANDRÉ DE SOUZA VITAL
Subsecretário de Gestão
Secretaria Municipal de Saúde

ANDRÉ DE SOUZA VITAL
Subsecretário de Gestão
Secretaria Municipal de Saúde
Mat. 60/301.263-0


VMI TECNOLOGIAS LTDA
MARCELE PEREIRA VIEGAS
Procuradora

09/0001.512/18
335



ESTIMATIVA PREVISTA: R\$ 138.000,00 (Cento e trinta e oito mil reais).
PRAZO DA VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (Dias).
DATA E HORA DE ABERTURA: DIA 02 de outubro 2020, às 11h (onze horas).
O Edital e seus anexos podem ser retirados no site eletrônico
http://www.comprasnet.gov.br.
As dúvidas podem ser esclarecidas através do telefone 2976-2155, ou através do e-mail pregoelroadscultura@gmail.com.

SECRETARIA DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL, QUALIDADE DE VIDA E EVENTOS

FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS
EXTRATO DE ADOÇÃO DE ÁREAS VERDES
Processo Instrutivo: 26/600.473/2018
Instrumento: Termo de Adoção nº 51/2020.
Data de Assinatura: 29/07/2020.
Partes: Fundação Parques e Jardins e o Sr. Marcos de Freitas Domingos
Objeto: Conservação e Manutenção da Praça Saiqui, no bairro da Vila Valqueire, Rio de Janeiro.
Prazo: 02 (dois) anos.
Fundamento: Artigo 116 da Lei 8.666/93.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
(DECRETO Nº 3221, DE 18 DE SETEMBRO DE 1981)
Processos Instrutivos nº: 09/003.084/2012 e 09/01.000.149/15;
09/21.000.095/15; 09/22.000.099/15; 09/04.000.172/15; 09/51.000.115/15;
09/52.000.136/15; 09/53.000.098/15; 09/61.000.182/15; 09/65.000.137/15;
09/64.000.200/15; 09/69.000.147/15; 09/63.000.169/13; 09/70.000.115/15;
09/78.000.052/15; 09/79.000.053/15 e 09/82.000.028/15.
1º Termo Aditivo nº: 004/20; 004/20; 005/20; 004/20; 003/20; 002/20;
002/20; 004/20; 005/20; 015/20; 003/20; 012/20; 006/20; 003/20; 004/20
e 005/20.
Data de Assinatura: 11 de Agosto de 2020.
Partes: PCRJ/SMS - CAP 1.0; CAP 2.1; CAP 2.2; CAP 4.0; CAP 5.1; CAP
5.2; CAP 5.3; HMSA; HMAFM; HMMC; HMJ; HMLJ; IMASJM; HMBR;
IMPP e HMAR e a empresa CIENTIFICAB PRODUTOS LABORATO-
RIAS E SISTEMAS LTDA.
CNPJ: 04.539.279/0001-37
Objeto: Prestação de serviços para a realização de exames de análises
clínicas, citologia, imuno-histoquímica e anatomia patológica em materiais
biológicos de pacientes atendidos por diversas unidades da SMS
Vigência: 28/05/20 a 27/05/21; 28/05/20 a 27/05/21; 05/06/20 a 04/06/21;
01/06/20 a 31/05/21; 01/06/20 a 31/05/21; 01/06/20 a 31/05/21; 30/06/20 a
29/06/21; 26/05/20 a 25/05/21; 29/05/20 a 28/05/21; 28/05/20 a 27/05/21;
05/06/20 a 04/06/21; 27/05/20 a 26/05/21; 29/05/20 a 28/05/21; 25/05/20
a 24/05/21; 28/05/20 a 27/05/21 e 28/05/20 a 27/05/21.
Valor Total: R\$ 4.851.041,58; R\$ 6.295.008,91; R\$ 981.136,57;
R\$ 6.377.804,40; R\$ 5.560.659,86; R\$ 5.163.653,97; R\$ 6.603.686,16;
R\$ 310.483,09; R\$ 289.784,22; R\$ 341.531,41; R\$ 186.289,85;
R\$ 194.569,05; R\$ 310.483,10; R\$ 82.795,49; R\$ 144.892,11 e
R\$ 94.179,87.
Programa de Trabalho: 1805/1806/1807/1811/1812/1813/1814.1
0.302.0512.2847; 1861.10302.0306.2009; 1862.10302.0306.2011;
1864.10302.0306.2009; 1867.10302.0331.2851; 1873.10302.0306.2011;
1881.10302.0426.2747; 1883.10302.0306.2009; 1884.10302.0426.2747
e 1886.10302.0306.2009.
Natureza de Despesa: 3.3.90.39.54
Notas de Empenho nº: 078/20 no valor de R\$ 998.000,00; 121/20 no
valor de R\$ 468.647,80; 094/20 no valor de R\$ 552.000,00; 112/20 no
valor de R\$ 1.890.000,00; 096/20 no valor de R\$ 1.750.000,00; 137/20
no valor de R\$ 2.170.721,00; 101/20 no valor de R\$ 1.259.418,57; 273/20
no valor de R\$ 126.000,00; 213/20 no valor de R\$ 48.297,36; 280/20 no
valor de R\$ 10,00; 105/20 no valor de R\$ 84.500,00; 245/20 no valor de
R\$ 116.200,98; 058/20 no valor de R\$ 14.000,00; 088/20 no valor de
R\$ 33.500,00; 084/20 no valor de R\$ 48.300,00 e 053/20 no valor de
R\$ 35.000,00.
Fundamento: Artigo 57, inciso II, § 4º da Lei nº 8.666/93 e suas
alterações, respectivamente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
INSTRUMENTO: Termo de Investida nº 92/2020-F/SUBPA, lavrado em
03/09/2020, às fls. 123 a 125 do Livro nº 119 - Série "B" da Subsecretaria
de Patrimônio Imobiliário.
PARTES: 1) Município do Rio de Janeiro 2) Marcia Alves de Moraes dos
Santos

OBJETO: Área de investida com 250,00m², localizada ao imóvel situado
na Rua Almirante Fonseca Costa, nº 89, Barra da Tijuca.
VALOR: R\$ 514.800,00 (quinhentos e quatorze mil e oitocentos reais).
FUNDAMENTO: Conforme decidido no processo 02/250.241/2016.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA
AUTO POSTO GIRASSOL LTDA., CNPJ nº 05.008.630/0001-26, torna
público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC,
através do processo nº 14/200.028/2013, a renovação de sua Licença
Municipal de Operação - LMO, para operar posto de venda e abasteci-
mento de combustíveis líquidos, com serviço de troca de óleo, na Estrada
dos Bandeirantes, 892, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,
HABITAÇÃO E CONSERVAÇÃO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
PROCESSO INSTRUTIVO: 26/340.230/2018
TERMO ADITIVO Nº 197/2020 AO CONTRATO Nº 06/2019
DATA DA ASSINATURA: 18/09/2020
PARTES: Município do Rio de Janeiro - SMHC e Globo Construções e
Terraplanagem Ltda.
Objeto: a) Prorrogação do prazo contratual por mais 365 dias, a contar
de 01/10/2020 até 30/09/2021; b) adequação do cronograma físico-finan-
ceiro relativa aos percentuais.
VALOR: R\$ 2.508.883,36
PRAZO: 365 dias
PLANO DE TRABALHO: 15.15.15.452.0071.2778
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.40
NOTA DE EMPENHO: 2020/000859 no valor de R\$ 602.209,08
FUNDAMENTO: Art. 57, II, Art. 65, II, c da Lei nº 8.666/93 e suas
alterações; Art. 480 Caput e Parágrafo Único do RGCAF.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
(DECRETO Nº 3221, DE 18 DE SETEMBRO DE 1981)
Processo Instrutivo nº: 09/001.512/2018
Contrato nº: 116/2020
Data de Assinatura: 17/06/2020
Partes: PCRJ / SMS e a firma VMI TECNOLOGIA LTDA
Objeto: Aquisição de RX DIGITAL móvel e fixo necessários para boa
prática médica bem como no atendimento e auxílio diagnóstico nas
Unidades de Imagem da Secretaria Municipal de Saúde
Prazo: 90 (noventa) dias, a partir de 17/06/2020 a 14/09/2020.
Valor Total: R\$ 976.672,00
Programa de Trabalho: 18.01.10.102.0306.1884
Natureza de Despesa: 4.4.90.52.02
Nota de Empenho nº: 2020/001026, no valor de R\$976.672,00
Fundamento: Artigo 1, caput da Lei 10.520/02 e alterações, RGCAF
através do Decreto Nº 3.221/81, PE - SMS Nº 245/19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA, FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA
E CONTROLE DE ZOOSES
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
(DECRETO Nº 3221, DE 18 DE SETEMBRO DE 1981)
Processos Instrutivos nº: 01/901.774/2017 e 09/905604/2019.
1º Termo Aditivo nº 33/2020 ao Contrato nº: 022/2020.
Data de Assinatura: 10/09/2020.
Partes: PCRJ/SMS/SUBVISA e a firma T&S LOCAÇÃO DE MÃO-DE-
OBRA EM GERAL EIRELI.
Objeto: Prorrogação de prazo do Contrato nº 022/2019, referente pres-
tação de serviços de apoio operacional em atendimento a S/SUBVISA.
Prazo: 12 (doze) meses, pelo período de 01/08/2020 a 31/07/2021.
Valor Total: R\$ 204.886,80 (duzentos e quatro mil e oitocentos e oitenta
e seis reais).
Programa de Trabalho: 1815.10.304.0309.2216.
Natureza de Despesa: 33.90.37.09.
Notas de Empenho nº: 2020/000217 e 2020/000218, respectivamente
nos valores de R\$ 68.296,00 (sessenta e oito mil e duzentos e noventa
e seis reais) e R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil e trezentos e setenta reais).
Fundamento: Artigo 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93 e alterações, pelo
Decreto nº 3.221, de 18/09/81, Lei nº 10520 de 17/07/2002, Inciso Caput,
Artigo 1. Edital por PREGÃO ELETRÔNICO CVL/SUBSC Nº0461/2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,
HABITAÇÃO E CONSERVAÇÃO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
Processo: 06/700.856/2020
Instrumento: Contrato nº 138/2020
Data de Assinatura: 21/09/2020
Partes: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SMHC E DEZOITO
DEZOITO SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA ME
Objeto: Obras de requalificação na localidade da Pedreira - Penha - Rio
de Janeiro
Valor: R\$ 31.100,01
Prazo: 15 dias
Programa de Trabalho: 15.03.15.451.0319.1795
Natureza da despesa: 4.4.90.51.02
Nota de empenho: 2020/001040
Valor do Empenho: R\$ 31.100,01
Fundamento: Lei 8.666/1993 e suas alterações

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RJ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Processo Instrutivo: 11/000.508/2011
Termo Aditivo: PGM nº 77/2020
Data de Assinatura: 25/09/2019
Partes: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO e UB BRASIL EVENTOS LTDA
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato PGM nº 191/19
por 12 (doze) meses
Valor: R\$ 135.896,20 (cento e trinta e cinco mil oitocentos e noventa e
seis reais e vinte centavos)
Prazo: 20/09/2020 até 19/09/2021
Nota de Empenho: 2020/152 (R\$ 38.165,00)
Programa de Trabalho: 22.02.02.061.0389.2155
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.17
Fundamento: art. 57, II da Lei 8.666/93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
PROCESSO INSTRUTIVO: 14/000.265/2019
TERMO ADITIVO Nº 105/2020 ao Contrato nº 09/2019
DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020
PARTES: SMAC e T&S Locação de Mão de Obra em Geral EIRELI
Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo ao Contrato nº
09/2019, a) prorrogação do prazo por mais 12 meses, a contar de
02/09/2020 até 01/09/2021, com fulcro no art.57, inciso II da Lei 8.666/93;
b) a inclusão do anexo I - C, em conformidade com o Decreto Rio nº
46.785 de 06/11/2019.
VALOR: R\$ 37.777,56 (trinta e sete mil setecentos e setenta e sete reais
e cinquenta e seis centavos)
PRAZO: 12 meses
PLANO DE TRABALHO: 24.01.18.54.1.0202.2072
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.37.01
NOTA DE EMPENHO: 2020/190, no valor de R\$ 12.382,64 (doze mil
trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).
FUNDAMENTO: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET-RIO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
PROCESSO INSTRUTIVO Nº 03/201.186/2017
TERMO ADITIVO Nº 018/2020 ao CONTRATO Nº 013/2018
DATA DE ASSINATURA: 10/08/2020
PARTES: CET-RIO e DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE
INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 013/2018 por
mais 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 10/08/2020.
VALOR DO ADITIVO: R\$ 7.038.452,88
VALOR EMPENHADO: R\$ 1.362.484,14
PROGRAMA DE TRABALHO: 29.51.26.452.0531.4205
NATUREZAS DA DESPESA: 3.3.90.39.04; 4.4.90.52.05
NOTAS DE EMPENHO: 2020/000412; 2020/000411
FUNDAMENTO: Inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
ASSESSORIA DE CONSULTORIA JURÍDICA - PAJ
EXPEDIENTE DE 22/09/2020
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Processo Instrutivo nº: 01/506.319/2015
Contrato nº: 063/2015
Termo Aditivo: 099/2020
Data de Assinatura: 09/09/2020
Partes: COMLURB e TECNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, pelo período de 06
meses, a contar de 10/09/2020, bem como a concessão de reajuste, no
percentual de 12,47469%, com base no IPCA-E.
Valor: R\$ 479.223,90
Nota de Empenho: 2020/001738
Programa de Trabalho: 11.51.15.126.0385.4765
Natureza da Despesa: 3.3.90.40.04
Fundamento: Art. 55, III c/c art. 57, II e § 4º, todos da Lei Federal
nº 8.666/93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO INSTRUTIVO Nº: 12/001.493/2019
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 398/2020;
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2020;
PARTES: PCRJ/SMC e ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA;
OBJETO: Redução de valor sem supressão do objeto referente aos
serviços de limpeza e conservação;
VALOR: R\$ 611.776,15;
FUNDAMENTO: Artigos 58, § 1º e 65, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO INSTRUTIVO Nº: 12/001.151/2019
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 868/2019
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2020;
PARTES: PCRJ/SMC e a COMISSARIA-ÁREA DO RIO DE JANEIRO LTDA;
OBJETO: Redução de valor sem supressão do objeto contratual referente
aos serviços de apoio operacional;
VALOR: R\$ 434.675,60;
FUNDAMENTO: Artigos 58, § 1º e 65, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

